

**Título do trabalho: PATRIMÔNIO, CULTURA E MEIO AMBIENTE NA SERRA DA MOEDA – RESÍDUOS E REMINISCÊNCIAS DO ESPAÇO–TEMPO COLONIAL**

**Nome dos autores:** Celina Borges Lemos  
Professora Doutora da Escola de Arquitetura  
da Universidade Federal de Minas Gerais  
José Eustáquio Machado de Paiva  
Professor Doutor da Escola de Arquitetura da  
Universidade Federal de Minas Gerais

**Resumo do texto:**

O artigo aborda uma análise sobre espacialidades de valor cultural e histórico e não monumentais situadas na Serra da Moeda, no sentido de esboçar algumas características, manifestações e elementos que permaneceram nos primeiros “modos de apreender” o mundo. Como componente de uma “comunidade imaginada” esta região de Minas Gerais alcançou relevância por ter registrado em seu território um desenvolvimento humano condicionado por aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais que a dotaram de patrimônios material e imaterial singulares. No cotidiano estão materializados os singelos povoados, comunidades e na arquitetura, que guardam fragmentos de uma significativa profundidade histórica.

**Palavras-chave:** Patrimônio, cultura, reminiscências, meio ambiente, desenvolvimento humano.

**Área temática:** História Econômica e Demografia Histórica.

## 1 – Percursos e passagens – aspectos da ocupação e formação da região e seus desdobramentos

A Serra da Moeda constitui um bem importante para os seus moradores, que lá vivem desde os primórdios da ocupação européia em Minas Gerais. Esses modos de vida e sistema de valores seculares encontram-se ainda razoavelmente preservados, estabelecidos em um ambiente construído de incomparável valor histórico e beleza cênica, relacionados a um ambiente natural de grande raridade e riqueza de recursos, e que vem sendo sistematicamente destruído quando apropriado e ocupado por novos interesses, principalmente aqueles relacionados à exploração mineral e à expansão urbana metropolitana. Localizada na parte sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a Serra da Moeda (BRANDT, 2008) constitui com *conjunto montano* definido por um *sinclinal*<sup>1</sup> que se estende longitudinalmente por cerca de 50 quilômetros Norte-Sul, da Serra do Rola Moça, em Nova Lima, a Jeceaba<sup>2</sup>, com larguras variando de 3 a 10 quilômetros Leste – Oeste. Insere-se no Quadrilátero Ferrífero, em meio aos rios das Velhas (a leste) e Paraopeba (a oeste), dividindo suas bacias e contribuindo grandemente com inúmeros cursos d'água. Sua altitude varia dos 800 aos 1.600 metros (1.628 metros do Pico da Bandeira, na Serra da Bandeirinha, Casa de Pedra, município de Congonhas), sendo uma das poucas áreas do Estado com altitudes superiores a 1.500 metros. Também coexistem nesse conjunto importantes ecorregiões: a Mata Atlântica, o Cerrado e a Mata Seca (SOLÁ, 2008), contando com inúmeros ecossistemas<sup>3</sup> “[...] com um grande número de espécies raras e ameaçadas [e] uma importância hidrológica vital para as regiões a jusante” (JACOBI; CARMO, 2008). Dentre os ecossistemas, ressaltam-se as cangas, cobrindo as grandes áreas das cumeadas e encostas, e que se encontram dentre os mais ameaçados do Brasil, principalmente devido à mineração do ferro. Estes ecossistemas abrigam uma “impressionante” biodiversidade<sup>4</sup> e, inclusive, um relevante número de espécies ameaçadas e endêmicas, aí incluindo uma espécie de onicóforo — um raro elo na cadeia evolutiva, recentemente descoberta por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais/UFGM (OLIVEIRA; WIELOCH, 2008).

Culturalmente, trata-se de um bem constituído por vestígios milenares da ocupação humana (SOLÁ, 2008) e das origens e desenvolvimento da colonização de Minas Gerais desde a bandeira de Fernão Dias Paes, com marcas vívidas dos diversos períodos e acontecimentos importantes na história do Estado e do País (BRANDT, 2008). Ali também se encontram num cotidiano vívido os arraiais primevos e os maiores empreendimentos imobiliários da RMBH, os antigos moinhos e manufaturas e grandes instalações industriais, a mineração da bateia e outras técnicas ancestrais e as minas gigantescas e mecanizadas a céu aberto, o esforço individual dos primeiros mineiros e as grandes corporações internacionais da atualidade, o viver num ambiente tradicional e um estilo de vida urbano baseado no consumo do clima e das visadas paisagísticas.

Os registros da presença humana remontam à pré-história (SOLÁ, 2008), ligados a grupos da Tradição Planalto, com farto material encontrado em três sítios arqueológicos, um deles a céu aberto e com sepultamento. Também fragmentos de cerâmica encontrados na parte norte do sinclinal indicam a presença de grupos da tradição Una, cujos registros mais antigos (município de Unai) remontam a 3.400 a.C., estendendo-se por mais 2.000 anos; na parte sul do sinclinal (região de Miguel Burnier) são encontrados indícios da presença da

tradição ceramista Aratú-Sapucai. Mais recentemente, quando da chegada do europeu no século XVII, habitavam a região os Cataguás (nascentes do Paraopeba e Velhas), os Goianas (nascentes do Piracicaba e Doce), os Guaruchés (região de Ouro Preto e Mariana) e os Carijós na região de Congonhas–Jeceaba (GUIMARÃES, 2008). Desses, somente os Goianas prevaleceram, sendo os demais grupos dizimados em grande parte e expulsos da região. Todos esses grupos deixaram um rico legado cultural, ainda muito pouco estudado. A chegada do europeu se deu em fins do século XVII, quando paulistas e, depois, toda uma sorte de aventureiros, demandaram as “terras altas dos Cataguás”, em busca de esmeraldas e do ouro abundante dos aluviões. A Bandeira liderada por Fernão Dias Paes, partindo de São Paulo em 1674, adentrou o território do atual Estado de Minas Gerais, marcando a sua descoberta e o início efetivo da ocupação colonial; parte do trajeto deu-se junto à Serra da Moeda, ao longo do rio Paraopeba, desde as nascentes até o sítio de Betim (Capela Nova), desviando-se daí em direção a Sumidouro, às margens do rio das Velhas (RESENDE; VILLALTA, 2007:30).

A descoberta do ouro resultou num novo ciclo econômico de repercussão internacional, e desloca o eixo geoeconômico e cultural da Colônia para Minas Gerais. Isso propiciou um período de crescimento e prosperidade que torna a Capitania, por quase um século, uma das mais ricas e prósperas regiões do império português. O povoamento (MORAES, 2008), com base num *rush* de migrantes oriundos de outras partes da Colônia e do Reino, deu-se numa intensidade tal que implicou em impactos danosos de despovoamento e outras conseqüências para aqueles, e de intensa ocupação e exploração exaustiva dos recursos nas áreas mineradas. Em 1734, a cartografia registra quase meia centena de assentamentos: oito vilas foram erigidas entre 1711 e 1718<sup>5</sup> e, até o fim do período colonial, outras sete<sup>6</sup> somaram-se às existentes, formando uma rede urbana inigualável na Colônia e no Reino, com núcleos populosos e bem estruturados e uma cultura requintada (MORAES, 2008:70), que deixou um legado ímpar e de reconhecimento internacional (BAZIN, 1980:283-284).

Mesmo que Minas Gerais tenha se fundado no Ciclo do Ouro e nele construída a base do seu imaginário coletivo, a economia minerária não constituía, entretanto, a única atividade importante (RESENDE; VILLALTA, 2007:11-12). Desde o século XVIII, toda uma sorte de outras atividades — agrícolas e pastoris, mecânicas, comércio e transporte de bens e gêneros, construção de edifícios e demais obras públicas e privadas — sempre tiveram um grande destaque na vida econômica e social. Além disso, houve também uma produção consistente e inovadora sobre a política e a administração da Capitania, que “se desdobra nas relações que se estabelecem com a administração colonial no âmbito do Ultramar português, escapando da armadilha de uma inevitável oposição entre Metrópole e Colônia” (RESENDE; VILLALTA, 2007:13). O que se tem, portanto, é uma comunidade imaginada “mineira” (MENEZES, 2007:337), diversificada, multiétnica e fortemente urbanizada, efervescente nas atividades econômicas, na política e na produção da cultura material e intangível, onde o ouro impulsiona inicialmente uma agricultura de abastecimento e um comércio vigoroso baseado grandemente nos produtos importados (mercados vizinhos e ultramar). No entanto, face à crise da mineração, já na segunda metade do século XVIII há o surgimento de “[...] uma agricultura capaz de reverter esse processo, e Minas teria então se tornado auto-suficiente, passando até à condição de exportadora de produtos”, vindo, daí, a se destacarem também a pecuária e as manufaturas (GUIMARÃES, 2007:331).

Todo esse conjunto estrutura ao longo do setecentos o eixo geoeconômico-político e cultural da Capitania, no qual a Serra da Moeda desempenha um papel fundamental, por encontrar-se no epicentro das grandes manchas de ocupação humana da Capitania. Situa-se na interface entre as minas e os vales produtivos, equidistante das grandes áreas mineradoras a leste (Vila Rica, Sabará, etc.) e ao sul (Rio das Mortes), com tempo de percurso perfeitamente viável para o transporte por tropas (PAIVA, 2008). Isso lhe conferia características especiais no contexto econômico colonial, ainda mais acentuado pelas condições topográficas e recursos ambientais: os ricos solos dos vales periféricos, as densas matas das encostas e a fartura das águas despencando das cumeadas, propiciando energia fácil e abundante, compõem uma confluência de recursos fundamental para o sistema produtivo de então (PAIVA, 2008). Essa situação é também evidenciada no processo de povoamento da Serra, iniciado já em fins do século XVII, com a fundação do arraial de Santana (Santana do Paraopeba), ainda hoje existente em local denominado Vargem de Santana, atualmente no município de Belo Vale. Outros povoados surgiram ao longo do século XVIII, dentre eles Congonhas do Campo (Congonhas), Bonfim, São Gonçalo da Ponte (Belo Vale), Boa Morte, Marinho da Serra, São Caetano da Moeda, Suzana, Piedade do Paraopeba, na vertente do Paraopeba e, na do rio das Velhas, Congonhas (Nova Lima), São Sebastião das Águas Claras (Macacos), Itabira do Campo (Itabirito), São Gonçalo do Bação, dentre outros. Também inúmeras fazendas estabeleceram-se por toda a Serra, ocupadas da produção de bens e gêneros, e grandemente responsáveis pelo abastecimento da Capitania (BRANDT, 2008).

Todo esse conjunto de assentamentos (MORAES, 2007) encontrava-se, já na primeira metade do século XVIII, amplamente interligado por uma ampla e complexa rede viária estruturada a partir dos caminhos principais (Caminho Velho, Caminho Novo, Caminho do São Francisco ou da Bahia, Caminho de João Gonçalves do Prado, Caminho Diamantino e Picada de Goiás) que, de resto, interligavam Minas às demais Capitanias. A presença desses percursos na Serra da Moeda foi constatada por Solá (2008), que identifica os caminhos de Itabirito, de Bação e de Pires registrados no mapa da Comarca de Villarica de Jozé Joaquim Cardoso, de 1779. Deles, as expressões mais bem acabadas são as “calçadas”, que atravessam a cumeada principal da Serra, notadamente junto ao “Forte de Brumadinho”, na Serra da Calçada, em São Caetano da Moeda e em Belo Vale, nas proximidades da Fazenda Boa Esperança. São trechos de vias carroçáveis pavimentadas, muitas vezes com notáveis obras de engenharia, como arrimos, drenagens, pontos de aguadas para os animais, etc.

Na segunda metade do século XIX assistiu-se à implantação das ferrovias e o conseqüente deslocamento do eixo geoeconômico da mineração para a agropecuária e a indústria, ocupando então os vales. Com a mudança da Capital para Belo Horizonte e a constituição de uma nova rede urbana estadual, a região da Serra da Moeda sofreu novos impactos, agora com a consolidação de novos pólos periféricos junto às ferrovias (Congonhas, Belo Vale, Moeda — nova — e Brumadinho, no Paraopeba; e Itabirito, no Velhas) ou próximos dela (Nova Lima) (RESENDE, 2007). Os antigos arraiais e povoados entraram em decadência, muitos se estagnaram; ocorreram migrações para os centros urbanos mais importantes, principalmente Belo Horizonte, onde, principalmente os jovens, tentavam encontrar melhores oportunidades de vida (RIGOTTI, 2008). Desde então, à exceção de Congonhas, Itabirito e Nova Lima, e de Casa Branca e Macacos, que se encontram intensamente assediadas e descaracterizadas pelos “condomínios”, as demais povoações e

áreas rurais mantêm baixos níveis populacionais, às vezes ainda menores do que nos períodos anteriores (São Caetano da Moeda, Marinho da Serra, Coco, dentre outros).

No entanto, até meados do século XX, as velhas tropas de burros e as fileiras de carros-de-bois ainda percorriam os caminhos da Serra, a levar animais e produtos do Vale do Paraopeba para os centros consumidores. Posteriormente, com a abertura das rodovias e a hegemonia do transporte rodoviário, as tropas caíram em desuso e desapareceram de vez do cotidiano da Serra (RESENDE, 2007). A ferrovia, outrora marcando o eixo da vida cidadina, passou a servir maciçamente ao transporte do minério, compondo um sistema intermodal com os minerodutos e as correias transportadoras, cortando a paisagem da Serra em longas composições alheias à vida cotidiana. Essa profunda transformação atingiu grandemente toda a Serra da Moeda, causando drástico impacto na vida dos seus povos e no seu ambiente. Tal fato é evidenciado no abandono das estruturas materiais e dos costumes tradicionais. Das fazendas, moinhos, minas, currais e outras instalações de outrora, restam grandes ruínas distribuídas por toda a Serra, em diferentes estados de conservação (BRANDT, 2008). Os grandes latifúndios cederam lugar a um sem-número de pequenas propriedades que, nas encostas, principalmente do Paraopeba, não excedem em sua maioria os três hectares, muitas com solos exauridos, vegetação devastada e águas comprometidas. Nas cumeadas (Serra da Moeda e Serra das Serrinhas) e altiplano, as pastagens coletivas cederam lugar aos grandes latifúndios pertencentes às empresas mineradoras que, desde a primeira metade do século XX, vêm adquirindo terras com os jazimentos mais importantes: ouro, bauxita, filito, manganês e minério de ferro. Estas são as grandes riquezas cobiçadas, encontrando-se na Serra da Moeda as principais ocorrências do Estado, e respondendo por grande parte da sua produção. Desde então, a mineração vem avançando inexoravelmente por toda a região em grandes áreas exploradas, com enormes cavas a céu aberto e iguais áreas de resíduos estéreis, e grandes planos exploratórios para o futuro próximo.

Mesmo com a mineração significando riqueza, as condições de vida na Serra da Moeda (RIGOTTI, 2008; PAIVA, 2003) apresentam-se insuficientes para boa parte dos seus habitantes, notadamente quanto à renda, à educação, ao saneamento, à saúde e à situação da criança, e de modo mais pronunciado nos municípios menores (Belo Vale, Jeceaba e Moeda) e em toda a sua zona rural, constituindo uma situação de vulnerabilidade econômica e social. Além disso, o cenário dominante é de grande disparidade entre os municípios, situação que se apresenta como uma tendência em face da evolução demográfica verificada. Mesmo nos municípios de economia mais pujante, a desigualdade de renda na década de 1990 (Coeficiente de Gini) verificou redução inexpressiva e até mesmo elevação.<sup>7</sup> Esse quadro social e ambiental preocupante torna-se ainda mais complexo na relação com esse patrimônio ambiental, material e intangível de riqueza inigualável e com muito ainda a ser conhecido que é a Serra da Moeda.

## **2 – O delimitar das paisagens no espaço – tempo da Serra**

A crescente valorização dos ambientes naturais tem sido registrada na região da Serra da Moeda, através de diversificadas vivências e experiências das atividades de lazer e entretenimento. Esta valorização é definida e legitimada pela percepção que as pessoas têm

desses ambientes e, em especial, das paisagens que os caracterizam. A atratividade das paisagens naturais é determinada pela unidade, força, harmonia e, sobretudo, pela beleza dos elementos naturais que as integram, havendo aí incidências tanto de permanências como de mudanças. Sobretudo as paisagens que compõem os cenários urbanos e rurais. Estes são definidos por meio desses legados impregnados de herança cultural de seus habitantes. Ao longo da história da região permanências no espaço e no tempo são acrescidas pela presença cada vez mais ampliada do visitante, que transforma a paisagem como recurso turístico. A vivência e a experiência humanas fazem parte da paisagem e são regidas por uma percepção. Os percursos das pessoas num vasto e exemplar território, como o caso da Serra da Moeda, permitem que estes estabeleçam, com o local, percepções vinculadas aos domínios ótico (contemplativos) e tátil (processos de ocupação e apropriação) (BENJAMIN, 1985). Nas suas deambulações, as pessoas — seja nos sítios urbanos ou nos rurais — vivenciam e experienciam a paisagem através de diferenciadas possibilidades. Na medida em que estes atribuem à paisagem valores e significados individualizados, registram um ato criativo em que uma mesma cena pode ser observada e interpretada a partir de inúmeras possibilidades (PIRES, 2003).

Devido a estes fatores, o conceito de paisagem tem sido utilizado de distintas maneiras e com diferentes significados. Isso se explica uma vez que a paisagem implica uma percepção sensorial e está sujeita a múltiplas interpretações pelos matizes disciplinares correspondentes. A noção de “paisagem” (SCHAMA, 1996) encontra suas origens tanto no termo italiano *parerga* quanto no holandês *landshaft*. *Parerga* reporta aos cenários da mitologia clássica e das sagradas escrituras, tão bem representados pelos campos idílicos e pastoris da Toscana, enquanto *landshaft* designa os campos cultivados, tomados do mar pelo trabalho humano. A paisagem, então, envolve tanto o aspecto de idealização e sublimação, quanto às diversas manifestações históricas e à própria História, ou à história de um povo. Marca nesses termos a relação dos seres humanos com a natureza, de modo que seus significados diversos propiciam diferentes formas de abordagem e de utilização desta categoria. Em se tratando da Serra da Moeda, a paisagem reúne três dimensões conceituais principais: a estética ou visual, a cultural e a ecológica (JORDANA, *apud* PIRES, 2003). A dimensão estética pode ser considerada a mais primitiva e intuitiva e se vincula aos aspectos sensitivos e perceptivos do ser humano. Na paisagem cultural o próprio indivíduo atua como agente modificador e modelador do ambiente natural. Como lembra Lévi-Strauss (1983), a cultura se edifica nesta passagem em que o homem, ao atribuir significado, humaniza a natureza. Nestes processos, as paisagens culturais, de geração em geração, são testemunhas da história e conformam a mimética coletiva dos lugares. Elas apresentam uma carga valorativa de sentido que ultrapassa qualquer conceito individualizado de beleza, de identidade individual ou de equilíbrio ecológico. Por seu turno, a dimensão ecológica se traduz no conjunto de inter-relações entre os seus componentes, como as rochas, águas, vegetação, relevo, dentre outros, e as estruturas constituídas pelo homem. Esta definição pode ser verificada como uma interpretação científica, visto que corresponde às transformações visuais estruturadas nas mudanças dos elementos físicos e biológicos (PIRES, 2003).

De acordo com esses princípios a área expandida que compõe a paisagem da Serra da Moeda é caracterizada por essas dimensões e conforma um acervo natural e cultural. No seu ambiente natural, os cenários são formados por um conjunto de relevos

elevados oriundos de movimentos tectônicos e que engloba as cumeadas (Serra da Moeda, propriamente dita, e Serra das Serrinhas), o altiplano ao centro e as vertentes dos rios das Velhas e Paraopeba. A região pode ser subdividida em vários aspectos, que integram e qualificam a paisagem e podem ser apreendidos visualmente de acordo com inúmeras possibilidades. Como porção do visível preenchem aquilo que a visão abarca, podendo ser apreendido de acordo com os percursos e permanências. Tais visadas e percepções oferecem aos observadores um conjunto de elementos que conformam sensações estéticas, sendo que, no caso em questão, as sensibilidades oscilam entre a qualidade agradável e a desagradável (JORDANA, *apud* PIRES, 2003). Estas últimas correspondem a uma detração da qualidade visual da paisagem e são assim consideradas devido à intrusão visual decorrente do estabelecimento de atividades humanas inadequadas, que propiciam um impacto visual que compromete a qualidade visual e ambiental da Serra. É relevante destacar a presença de áreas urbanizadas e semi-urbanizadas, incluindo antigos loteamentos abandonados, áreas degradadas pela mineração (cavas a céu aberto, depósitos de rejeitos e áreas de pesquisa); além dessas, também as rodovias, pavimentadas ou não-pavimentadas têm contribuído sobremaneira para a degradação da paisagem. Ou seja, o conjunto da infraestrutura existente, principalmente o que foi implantado nas últimas seis décadas, não tem levado em conta o valor paisagístico de toda a área, passando a constituir fator predominante de comprometimento da paisagem e do meio ambiente. Como uma via de mão dupla, a região apresenta permanências visuais dotadas de alto índice de qualidade e singularidade estética, formadas pelas estruturas do relevo em conjunção com a vegetação, onde a morfologia destaca cumeadas imponentes e paredões abruptos, amplos horizontes de colinas onduladas e vales profundos, marcados pela profusão de cores da vegetação e dos afloramentos rochosos. De modo mais localizado, as texturas ressaltadas pela mata ciliar escondem riachos cristalinos, fontes hipotermiais e um sem-número de cachoeiras e outros locais aprazíveis.

Ao se considerar a dimensão cultural, a paisagem natural se transmuta no cenário onde se registram as atividades humanas. Essa é figurada na relação com a paisagem natural por um determinado grupo cultural. Para Santos (1992), a paisagem cultural resulta da acumulação dos tempos, sendo formada pela cultura das gerações precedentes. Como na paisagem estética ou visual, a forma espacial registrada como testemunho de formas passadas pode ou não resistir ao tempo (CERTEAU, 1976). Na Serra da Moeda, toda a sua área reúne assentamentos e patrimônios históricos em fase de deterioração e desqualificação e na condição de ruínas, existentes tanto nos grandes vales do rio das Velhas e do Paraopeba, nas encostas e no altiplano.

Sob o ponto-de-vista do patrimônio, a paisagem da Serra da Moeda condensa as características tanto da beleza estética e riqueza natural quanto do seu patrimônio cultural, que pode ser subdividido em sítios históricos, urbanos e rurais. Os primeiros reúnem um arcabouço cultural diversificado com registros de patrimônios dos séculos XVIII, XIX e XX e são caracterizados pelos pequenos assentamentos e conjuntos urbanos, podendo ser destacados, dentre outros, Piedade do Paraopeba, Moeda, Belo Vale, São Sebastião das Águas Claras, São Gonçalo do Baçõ e Santana do Paraopeba.

A paisagem rural apresenta uma qualidade intermediária na escala de modificação do ambiente natural. Perde-se enquanto valor de neutralidade, no que tange à qualidade visual

da paisagem, sendo compensada por outros atributos como a diversidade e a singularidade. Nesse contexto, a neutralidade pode ser concebida pela ausência ou insignificância de elementos ou estruturas de origem humana, principalmente junto às cumeadas e encostas mais elevadas, onde a cobertura vegetal remanescente propicia condições ambientais para uma fauna e flora de riqueza ímpar e condições ecológicas ainda equilibradas. Isto pode ser verificado nas cumeadas e no seu território expandido pela cobertura remanescente de formações originais, com pouca ou nenhuma alteração e pelos alto e médio graus de equilíbrio ecológico do ambiente (PIRES, 2003). Vale destacar aí as relações que se estabelecem pela conjugação entre a localização e a tipologia dos assentamentos rurais, principalmente quando assentadas à meia encosta, o que acaba constituindo uma paisagem singular, em que se estabelece uma relação harmoniosa como resultado. A paisagem rural tradicional pode, em toda a Serra, ser entendida como extremamente representativa da cultura tradicional de Minas Gerais, realçando nisso seu valor icônico.

A categoria de diversidade se verifica através de ocorrências de origem natural como os detalhes e características geomorfológicas, esculturais, elementos vegetais, espécies animais, sítios arqueológicos e paleontológicos. Além disso, compõem essa categoria as manifestações de origem humana, ou seja, o patrimônio cultural que proporciona efeitos visuais qualificados através da unicidade, raridade, antiguidade, grandiosidade, beleza, harmonia e do interesse histórico e cultural. São exemplos os patrimônios urbano e rural do território serrano, como também o próprio conjunto da paisagem, com paredões abruptos emoldurando os vales pontuados de matas e áreas de cultivo e pastagem.

Outros elementos também têm presença marcante, podendo-se destacar os antigos calçadões de pedra, as muitas ruínas, os sítios históricos, como, por exemplo, São Caetano da Moeda, um dos mais antigos da região, onde, frente a um grande pátio murado de pedras situam-se a antiga matriz e ruínas do que parece ser uma torre fortificada. São Caetano situa-se no topo de uma colina, emoldurado pela Serra da Moeda que, nesse local é marcada por uma alta escarpa que torna o cenário impressionante. Além dessa, pequenos povoados encravados nos rincões das encostas, como Vila Coco e Marinho da Serra, em Moeda, ou Boa Morte, em Belo Vale, ou mesmo São Gonçalo do Bação em Itabirito; estes ainda preservam muito da estrutura dos assentamentos originais e dos costumes que remontam às origens do povoamento da região. Antigas estradas pavimentadas com grandes lajes de pedra sobem pelas encostas íngremes, descortinando toda a paisagem que, de resto, constitui — ela mesma — a marca maior de toda a região, caracterizada tradicionalmente pela produção de gêneros de abastecimento e onde o moinho d'água aparece como o símbolo maior, puntuando as encostas dos vales estreitos, produzindo o fubá famoso da região, base importante na culinária mineira tradicional. Em resumo, a variedade paisagística tanto do patrimônio urbano e rural quanto do natural configura-se na presença de um conjunto de intervenções humanas peculiares e singulares. São as terras cultivadas, as obras vernaculares de engenharia, como as redas d'águas, o casario, as benfeitorias genuínas como os fornos, os estábulos e os muros de pedra, que marcam a história e o desenvolvimento local. E isso complementado pelos povoados e passagens remotas, travessias, pontes, caminhos antigos, marcos e monumentos, edificações, fortificações e templos religiosos, que materializam este tão diversificado e relevante patrimônio. Por fim, é relevante enfatizar a forte e marcante presença das cumeadas da Serra em todas essas paisagens, sendo que a sua preservação se torna decisiva para a



manutenção e prosperidade das pessoas, lugares, locais, cenários, que configuram os estilos de viver da região. A Serra e a sua paisagem são constituintes de um arcabouço simbólico do criar, produzir e viver em Minas Gerais.

Nas localidades analisadas, a Serra exerce significativa influência sobre a caracterização e qualificação desses espaços. Nos povoados e ocupações urbanas e rurais (GARCIA; LEMOS, 2008) da vertente oeste — Belo Vale, Brumadinho e Moeda — há uma clara e forte relação entre o monumento natural e a configuração espacial, caracterizada pelos aspectos paisagísticos locais. As localidades, muitas vezes, tiveram sua implantação influenciada pelo relevo, visadas e condições naturais. Elementos de grande importância para a cultura e tradições locais, como as igrejas, são localizados predominantemente em pontos de destaque nas povoações, e sua inserção é feita, preferencialmente, em pontos mais elevados e voltados para a Serra, abrindo-se para a paisagem e configurando cenários em que o bem natural qualifica e agrega valor aos aspectos culturais locais e aos exemplares de seu acervo arquitetônico e urbanístico. Além disso, percebe-se que o próprio cotidiano dos moradores se relaciona de forma direta com a paisagem, na conformação de um *modus vivendi* que preza a harmonia entre a vida no campo e as facilidades da vida contemporânea.

Na vertente leste, desde a cumeada da Serra das Serrinhas e Vale do Rio das Velhas, percebe-se que as localidades apresentam relação com a Serra, especialmente na conformação de cenários e visadas deste bem, sendo que, algumas vezes, são influenciados pela presença de outros elementos naturais também de grande importância paisagística (como, por exemplo, o Pico do Itabira e a Serra das Serrinhas). Assim, há uma riqueza de cenários e situações em que as ocupações urbanas e rurais são qualificadas especialmente pela originalidade da paisagem em que se encontram inseridas. Em ambas as faces os elementos naturais e sua conformação espacial foram determinantes para a implantação de vários povoados e outros tipos de ocupações urbanas e rurais, além do fato de que tais aspectos enriquecem e valorizam o acervo arquitetônico dos municípios.

### **3 – Alguns povoados, arquiteturas e ruínas na vertente oeste da Serra – a desdobra do passado**

O patrimônio do município de Belo Vale apresenta exemplares do século XVIII e XIX dotados de tipologias variadas das arquiteturas religiosa, civil, ferroviária e rural. Nos diversos povoados do município, encontram-se edificações erguidas sobre antigas fundações em pedra, estruturadas em madeira, com vedações em adobe e pau a pique, adotando partido retangular e volumetria de um pavimento.

A arquitetura de Chacrinha dos Pretos se diferencia das demais, pois as moradias são construídas no meio das ruínas da sede de antiga fazenda pertencente à escrava que fora casada com o proprietário da mesma. Essa escrava, segundo a tradição oral, passou a receber outros escravos foragidos, razão pela qual o povoado está sendo reconhecido como antigo quilombo. Sua implantação próxima ao rio Paraopeba, deu-se a partir das instalações de uma antiga fazenda do século XVIII, hoje em ruínas, que foram apropriadas pelos moradores ao longo dos anos. Sua inserção na paisagem é privilegiada, uma vez que a proximidade do rio, conjugada à vegetação existente e às visadas da Serra, qualificam

positivamente o lugar. A história de Chacrinha dos Pretos tem seus pilares no século XVIII, com a implantação da fazenda do português chamado José de Paula Peixoto, que se dedicava à extração de ouro no Rio Paraopeba. Devido à sua imensa fortuna recebeu o apelido de "Milhão e Meio" e, até seu falecimento, conviveu com uma escrava. Esta, uma vez de posse da propriedade herdada, alforriou todos os negros cativos, os quais permaneceram no local devido ao sentido de pertencimento e como medida de proteção em relação a eventuais adversidades. As famílias viveram isoladas por cerca de um século, quando, em 1912, chegaram à região os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), que veio a ser implantada bem ao lado do casarão da antiga fazenda, seccionando a propriedade. A trepidação dos trens carregados de minério contribuiu para comprometer a frágil estrutura das construções, o que ocasionou a conformação das atuais ruínas. Segundo fontes orais, o trajeto da linha férrea foi alterado intencionalmente para passar pelas proximidades da fazenda, pois desconfiava-se que ainda houvessem riquezas escondidas, apesar de não existirem registros que atestem se tais tesouros foram de fato encontrados.

Durante o período em que estiveram isolados, seus moradores cultivaram tradições e costumes, construindo uma verdadeira comunidade de destino. Havia danças, cantos, histórias que os mais velhos contavam aos mais novos, que incluíam as suas tribos de origem e seus respectivos dialetos. Com o passar do tempo, a maior parte desses registros foi se perdendo e, com a chegada das interferências externas, o processo de destituição das lembranças e das tradições intensificou-se rapidamente. Atualmente, pouco se sabe sobre as histórias, cantos e costumes dos primeiros moradores. Os seus descendentes e os atuais habitantes se reconhecem responsáveis por grande parte dessa perda, devido ao seu próprio desinteresse em registrar e preservar a tradição. Outro aspecto comprometedor da preservação do local envolve o estado precário das ruínas do antigo casarão da fazenda. Nas últimas décadas houve a retirada de pedras por parte dos moradores para fins de construção de outras edificações, acelerando o processo de deterioração das ruínas. A adoção de alguns muros de pedra existentes, com cerca de oitenta centímetros de largura, como parte da construção de novas residências, também contribuiu para a descaracterização dos registros físicos e históricos da antiga fazenda.

Devido à construção de novas moradias junto às ruínas, os moradores implantaram novas vias de acesso. O local apresenta atualmente uma pequena malha viária que orienta as novas ocupações e os deslocamentos internos. Parte das antigas instalações da fazenda ainda não foi ocupada. No entanto, uma singela espacialidade recortada por ruínas se transformou como centralidade da festa, configurando-se como palco de apresentações de teatro e de danças de grupos da comunidade e região. Esses encontros não privatizaram o espaço e o instituem como *locus* coletivo, ou seja, a instituição de uma espacialidade pública voltada para a manifestação cultural. A fazenda possui uma área estimada em sete mil metros quadrados, segundo relatos orais. As ruínas estão distribuídas em terreno com declive, sendo que o atual curral foi construído no local do original, um pouco mais abaixo que o nível da casa sede. O curral atual aproveita esteios e fundações originais, como estruturas. As alvenarias em ruínas indicam que as construções foram todas realizadas em pedra, em partido longitudinal, acompanhando o desnível do terreno. Há diversos compartimentos, com muros em pedra com oitenta metros de largura e atingindo até seis metros de altura, em determinados lugares. Perfurações nestas alvenarias sugerem a inserção de barrotes em altura intermediária. Um dos compartimentos, logo à entrada das

ruínas e próximo a uma clareira, apresenta indicativos de ter sido outrora uma capela. Sugere um acesso direto através da área externa da fazenda, além de apresentar marcações nas paredes que indicam a possibilidade de ali terem existido prateleiras ou apoios para altar. Na área adjacente encontra-se uma janela com conversadeiras na face interna. Segundo o senhor Vicente José Dias, morador de Chacrinha dos Pretos, as escravas, impedidas de acessar o exterior, ficavam sentavam-se junto à janela acompanhando as celebrações religiosas e o movimento externo ao casarão. Essa janela apresenta barrotes de madeira, com perfurações quadradas a quarenta e cinco graus nos montantes de pedra, que indicam provável instalação de grades, quiçá de metal ou de madeira mesmo. Essa grade garantiria a permanência das escravas na parte interna, impedindo-as de eventuais fugas. Os acabamentos dos portais e da verga foram também identificados em outras janelas menos conservadas, construídas em pedra talhada, dotadas de coroamento diferenciado.

A fazenda contava com algumas plantações e criação de animais nos campos mais planos. Próximo ao rio Paraopeba existem outras ruínas, que sugerem um local de observação e segurança da fazenda. Trata-se de um espaço aparentemente sem janelas, apenas com seteiras para defesa, pequenas e estreitas, que vão se alargando do interior para o exterior do cômodo. Indicam possibilidade de ângulos de visão para o lado exterior e visada de tiros, com proteção do interior. As seteiras eram muito comuns em edificações com caráter fortificado e são encontradas frequentemente em ruínas do Vale do Paraopeba. Esta parte da fazenda situa-se mais próxima de via calçada que ligava a Chacrinha a outras localidades, levando uma delas à Fazenda Boa Esperança, a maior e a mais monumental, construída não muito distante.<sup>8</sup> Atualmente, muitos dos componentes do casarão não mais existem devido ao processo de destruição a que as ruínas foram submetidas ao longo dos anos. Até há pouco as pessoas retiravam dali pedras para serem utilizadas em novas construções, o que acabou por acelerar o processo de deterioração e a perda dos registros.<sup>9</sup>

Atualmente, os usos de parte das ruínas como espaço para encontros dos moradores e apresentação de grupos de danças e teatro da comunidade e região, marcam uma nova apropriação do espaço que não o degradam e que favorecem as manifestações culturais. Observa-se que, mesmo tendo perdido uma série de registros de sua história e de suas tradições, os moradores têm interesse em preservar o que ainda existe, restituindo a tradicional construção com o objetivo de manter viva a cultura do seu povo — importante tanto para os processos de instituição de identidades, quanto para a preservação de costumes e tradições dessas comunidades.<sup>10</sup>

O povoado de Boa Morte assenta-se nos contrafortes da Serra da Moeda, no topo de um espigão perpendicular à cumeada, configurando-se numa área retangular com orientação leste-oeste, estando o lado oeste ocupado pela igreja e os demais pelo casario. O grande largo ao centro, gramado e com várias árvores, constitui o espaço coletivo por excelência, abrigando as diversas manifestações da comunidade. Além da igreja, conta com várias residências e um estabelecimento comercial, com a maioria das construções recentes assentadas sobre antigos alicerces de pedra. Ruínas de casas e muros de pedra também são encontradas por toda parte. Não há evidências de demarcações indicando a delimitação dos lotes e as edificações estão implantadas de forma independente, umas das outras. Esta característica resulta em amplos afastamentos laterais que, integrados ao alinhamento e à

reduzida volumetria do conjunto, definem o destaque unívoco do templo. Este, além de se voltar para as configurações, estabelece um diálogo significativo com a paisagem da Serra.

Os moradores, em sua maioria, dependem de outras localidades do município para muitas das suas atividades. A ocupação da região se deu por volta do início da segunda metade do século XVIII, configurando um pequeno povoado que surgiu vinculado ao município de Bonfim, tendo assim permanecido até 1911. Sobre a origem do povoado há diversificadas fontes conflituosas, sendo a mais provável relacionada ao fato de que o lugarejo surgiu para coibir o contrabando e facilitar o controle da entrada e saída de metais e pedras preciosas da região (IEPHA, 2002). Sua construção teve por objetivo instalar as famílias dos soldados, uma vez que o local era próximo do forte militar localizado na Serra dos Mascates, conhecido atualmente como Forte de Casas Velhas. Tendo em vista a infertilidade do solo e a inexistência de registros de lavras de ouro, acredita-se ser essa a versão mais coerente da origem do lugarejo, que recebeu essa denominação devido à presença da igreja de Nossa Senhora de Boa Morte, construída em 1760. Há também a hipótese que a denominação se deva ao fato de o povoado ter sido ocupado por escravos velhos alforriados que para lá teriam ido passar seus últimos dias em liberdade. Outra possibilidade é de que o nome “Boa Morte” faz referência ao fato de uma senhora ter falecido dentro da igreja. O local não passou por expansões no decorrer dos anos, mantendo ainda a sua conformação original, tendo sido preservadas sua implantação e volumetria.

O acervo arquitetônico de Boa Morte corresponde à Igreja de Nossa Senhora de Boa Morte e demais edificações lindeiras, remanescentes das habitações dos primeiros moradores, bem como uma grande quantidade de muros de pedra e antigos alicerces. A igreja, construída em 1760, é a principal edificação do conjunto, correspondendo ao seu ponto principal. Encontra-se implantada na ponta do eixo longitudinal do lugarejo em um terreno plano circundado por adro cercado por muros de pedra que abrigam também o sino e um anexo lateral construído posteriormente. O acesso se dá por um pequeno portão que liga o adro ao grande gramado central do lugarejo. Internamente, a igreja apresenta o altar principal, dois altares menores secundários, um púlpito, a pia do batistério e o coro, além de um acervo de imagens e estatuárias religiosas. Seu sistema construtivo apresenta estrutura autônoma de madeira, vedação em adobe, portas e janelas de madeira, piso interno em tábuas e ladrilho hidráulico e forro em madeira com pinturas. A cobertura, estruturada em madeira e coberta por telhas cerâmicas, configura-se em duas águas com beirais. Sua fachada é simples e simétrica, apresentando alguns poucos ornamentos e um óculo central.

Além da Igreja de Nossa Senhora de Boa Morte, as demais edificações são de uso residencial, remanescentes das origens do povoado. Grande parte desse acervo arquitetônico recebeu intervenções que o descaracterizaram com o passar dos anos. Contudo, as muitas fundações antigas, em pedra, indicam uma arqueologia do passado. Entre as modificações predominam o partido retangular e a volumetria de um pavimento. Algumas poucas apresentam um segundo pavimento resultante de obras de reforma e adequação que descaracterizam a edificação em si, e todo o conjunto, visto que as mesmas alteram a volumetria do todo. Em relação ao sistema construtivo, predominavam as fundações em pedra, as estruturas de madeira e o uso do pau-a-pique e do adobe como vedação. As construções mais recentes vêm adotando alvenaria de cerâmica ou blocos de concreto. Os registros atuais demonstram que algumas edificações guardam do acervo

original apenas as estruturas em pedra e algumas estruturas de madeira das coberturas. Estas são construídas em dois ou quatro planos, beirais e estão arrematadas com telhas cerâmicas. As aberturas correspondem a portas e janelas com esquadrias de madeira, compondo fachadas predominantemente simétricas e sem adornos. Em algumas residências as esquadrias originais foram substituídas por modelos metálicos, descaracterizando a construção.

O *modus vivendi* dos moradores verificado através do cotidiano do lugar corresponde a um importante registro, pois se trata de uma comunidade que vive em um arraial original do século XVIII e guarda a conformação de implantação geral do conjunto com poucas alterações. Esses vivem em contato direto com o ambiente rural, em um estilo de vida que reúne práticas rurais, como plantação de gêneros alimentícios, criação de animais, passeios a cavalo (por exemplo), conjugadas com outras práticas da vida das cidades, como o acesso aos meios de comunicação, iluminação pública e transporte através de veículos automotores que ligam a região à sede de Belo Vale.

Já o distrito de Santana do Paraopeba encontra-se vinculado às expedições do bandeirante Fernão Dias Paes Leme que, junto com o mestre de campo Matias Cardoso, o genro Manoel de Borba Gato e o filho Garcia Rodrigues Paes, explorou a região no século XVII, à procura de minerais preciosos, como a esmeralda. Dessas buscas, que seguiam o curso dos rios e eram orientadas pelos nativos, sucederam-se a construção de diversos arraiais, criados com o intuito de se estabelecerem plantações e roças de gêneros alimentícios para o abastecimento da bandeira. Assim, o Vale do Paraopeba, rota principal da expedição, foi sendo povoado. Em 1681, foi fundado o arraial de São Pedro do Parahypeba, a partir da redação do primeiro ato de descoberta de esmeraldas na região. Em seguida, Manuel Teixeira Sobreira e Manuel Machado instalaram-se no lugar e construíram a Igreja de Santana, em 1735, o que determinou a mudança do nome do arraial para Santana do Paraopeba. Sabe-se que na região já existia uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, cuja construção data do mesmo período da fundação do arraial de São Pedro do Parahypeba (IEPHA, 2002). Santana do Paraopeba conjuga os povoados de Cidreira, Taboca, Engenho, Queiroz, Córrego Seco e Vargem de Santana, que se estabeleceram especialmente ao longo dos vales dos córregos e ribeirões. A localidade tem como principal ponto de referência o templo religioso dedicado a Santana e que tem grande importância simbólica para os moradores da região. A festa de Santana, realizada anualmente no mês de julho, é marco importante no calendário regional de todo o vale do Paraopeba. A construção, isolada no alto de um morro, constitui-se num marco referencial na paisagem, que perdura desde suas origens.

O principal acervo urbano é constituído pelo povoado de Vargem de Santana, implantado no vale ao sopé do morro onde se encontra a Igreja de Santana. O povoado se compõe de um casario com características construtivas do século XIX, implantado sobre fundações mais antigas, o que também ocorre com a capela, o que propiciou a manutenção da estrutura urbana original. Junto à capela, reformada, com fachada de inspiração neogótica, mas mantendo o partido arquitetônico original, encontra-se o marco alusivo à presença do corpo de Fernão Dias Paes e da lavratura, “em nome de El-Rey”, do “auto de entrega das esmeraldas e dos arraiais fundados pela bandeira de 1674”. São poucos os remanescentes de residências originais, pois grande parte delas já foi total ou parcialmente

descaracterizada, ou até mesmo substituída. Algumas construções mais recentes foram erguidas sobre as fundações originais das antigas moradias, mantendo-se, em alguns casos, inclusive, o partido original com poucas alterações formais e volumétricas. Observa-se também a presença de alguns sítios próximos à Igreja de Santana, com moradias bem simples e manutenção de edificações de serviço conservadas. Tais sítios têm na agricultura de subsistência voltada para a produção de gêneros alimentícios e a criação de animais a base de sustento dos seus habitantes.

No entorno da povoação encontram-se diversos sítios, chácaras e pequenas propriedades rurais voltados para a agricultura e/ou pecuária, interligadas por pequenas estradas de terra, que partem da via principal de ligação do distrito com as demais localidades próximas. As pequenas estradas constituem uma verdadeira malha viária campestre e estão subdivididas por cercamentos rústicos seccionados estrategicamente por “porteiras” - portais de acesso como então denominados. Outro aspecto característico desse trecho diz respeito à alteração da paisagem em alguns pontos com topografias mais suaves, indicando intervenção humana. As casas implantadas no sítio em frente à Igreja de Santana foram construídas aleatoriamente nas “Terras da Santa”, como são chamadas as áreas de propriedade da Igreja Católica Apostólica Romana, sem definição de lotes. Essas construções foram autorizadas pela paróquia e comprometem o cenário do entorno, mas, por estarem em cota inferior e em menor escala construtiva, não interferem de forma comprometedoras nas visadas do templo nem na sua integração com a paisagem natural.

A Igreja de Santana do Paraopeba se destaca dentro do conjunto do acervo arquitetônico por tratar-se de edificação do século XVIII, cuja origem está estreitamente ligada aos primórdios da colonização de Minas e ao desenvolvimento dos povoados do vale, estando em privilegiada conjunção com a paisagem, tendo seu adro voltado para a cumeada principal da Serra da Moeda. Devido ao fato de estar implantada na colina mais alta da região, com acesso ao adro através de imponente escadaria em pedra, e a força da devoção à padroeira, consolidou-se como marco simbólico de toda a região. O adro original encontra-se integrado a uma praça, que conforma um platô amplamente utilizado durante as festividades da padroeira e as visitas cotidianas. Na área em frente à rua secundária que envolve o território do templo, encontra-se um singelo cemitério, que remonta ao período da exploração mineral. Seu sistema construtivo é o adotado em construções da época, com o adobe como estrutura e vedação, e cobertura em telhado cerâmico em três águas, sustentado por estrutura de madeira. A volumetria é definida por dois elementos, sendo que o anterior foi totalmente reconstruído com arcos plenos, desconsiderando o desenho comum dos frontispícios da época. A parte posterior, mais baixa, compreendendo o altar e a sacristia, permanece inalterada. Esta ala apresenta modificação apenas no telhado, cuja intervenção inadequada interfere na leitura da edificação. A elevação principal é simétrica e apresenta ornamentos feitos em argamassa, além de contar também com um óculo central e uma pequena torre sineira. As esquadrias foram trocadas, mudando-se o formato dos vãos, além de serem implantados vidros fantasia coloridos. A elevação lateral revela bem os dois volumes compositivos, com os pés-direitos bem diferenciados e o tamanho do adro em relação à praça construída para receber um número maior de fiéis nas festividades, sendo finalizada pela via de terra que circunda o conjunto. Compõem o conjunto muros baixos de pedra, que arrematam o adro e o individualizam na paisagem. Lápides de túmulos foram instaladas ao lado, no nível do gramado e demarcam a lembrança dos antigos moradores. O

interior da edificação é qualificado pelo altar-mor, ricamente adornado, e apenas um altar secundário na lateral esquerda, ambos abrigando as imagens do acervo paroquial. Não há registros que comprovem se houve um outro altar, no lado direito, o que contraria os padrões construtivos de edifícios religiosos. Nas paredes da área do altar principal encontram-se quadros com pinturas religiosas, além de vãos emoldurados, que enriquecem a ambiência do espaço. Existem ainda outros elementos característicos das igrejas do período, como o coro, o púlpito e a pia batismal. Os antepassados mais importantes estão abrigados no subsolo da nave do templo.

O patrimônio imaterial da região e o cotidiano dos habitantes locais são percebidos através dos vários costumes e estilos de viver de uma comunidade rural com aspectos da vida contemporânea das cidades. O uso de recursos de infra-estrutura como energia elétrica e telefone inseridos na modernidade, ao lado de práticas rurais como colher frutas no pomar de casa, caminhar longas distâncias a pé, pegar água em mina, conferem ao povoado um *modus vivendi* peculiar. O modo de vida híbrido propicia também mudanças no sentido de preservar o passado colonial, como pode ser observado nas edificações mais antigas que vão passando por alterações ao longo dos anos. Vários moradores conservam ainda alguns aspectos originais de suas casas, mas não deixam de realizar obras de reforma e adequação para melhor incorporar as inovações das técnicas construtivas do período atual.

A Fazenda Boa Esperança data de meados do século XVIII e situa-se no Vale do Rio Paraopeba, junto à Serra da Boa Morte. Sua sede, implantada de frente para essa serra, voltada para o nascer do sol, representa tipologia da arquitetura rural mineira repetida em numerosas fazendas. Sua sede permaneceu no tempo e às intempéries e guarda os indícios da opulência de outrora, mantendo o caráter do tratamento adotado para as construções mineiras da época. Erguida por escravos entre 1760 e 1780 teve como um de seus primeiros proprietários o Guarda-Mor Manuel José Monteiro de Barros, pai do Barão de Paraopeba, Romualdo José Monteiro de Barros, que a adquiriu por volta de 1790. A Fazenda Boa Esperança serviu de residência a este poderoso barão, homem de grande fortuna e cultura, senhor de ricas lavras e fazendas mineiras. Após a morte do Barão de Paraopeba, que exerceu importantes funções políticas e militares na época, a Fazenda Boa Esperança foi transferida para os seus herdeiros e logo depois para o senhor Joaquim Pinto Rodrigues Góis Lara, que ali viveu por mais de vinte anos. Em seguida, foi ocupada por diversos outros proprietários, o último dos quais Antônio Pinto que, face ao tombamento da sede da fazenda pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), desinteressou-se pela conservação do edifício e vendeu grande parte do seu mobiliário, inclusive uma fonte em pedra-sabão. Seu conjunto paisagístico compreende a sede da fazenda, matas, a cachoeira da Boa Esperança e as ruínas da senzala, do moinho e da casa de engenho. O conjunto está territorializado de tal forma integrado com a paisagem, que parece ocupar um espaço especialmente reservado para ele, entre as montanhas da Serra e entre seus vários córregos, que se abrem para dar lugar à fazenda.

O casarão está implantado em uma suave colina, voltado para a face leste da serra, destacando-se das demais edificações que compõem o conjunto. A fachada principal é recortada por varanda horizontal que é guardada por duas sapucaieiras centenárias. O acesso principal se dá através de portão, protegido por telhado arrematado por cachorrada, que se integra a uma estrada de cavaleiros, antigo acesso principal. Na área posterior da

sede, fora dos limites da construção, estão localizadas as ruínas do moinho e os pomares, implantados em dois grandes patamares consecutivos. Na mesma direção encontram-se as ruínas do Engenho de Serra que, nos tempos áureos da fazenda, movimentava uma pequena usina. Havia dois tipos de senzalas: uma se localizava próxima à sede da fazenda e era ocupada pelos escravos de confiança, como os charreteiros e os reprodutores. A segunda localiza-se próxima à região do Calandu no Caminho de Ouro Preto e era ocupada pelos escravos rebeldes, que trabalhavam nas minas e dormiam amarrados.

O acervo arquitetônico do conjunto da Fazenda Boa Esperança reflete o modelo de habitação rural típico do século XVIII e se constitui do conjunto formado pelo casarão sede e a capela anexa ao seu volume, pouco restando do conjunto original.<sup>11</sup> A arquitetura da sede adota um partido em “L” e, segundo o esquema tradicional bandeirista, possui um corpo principal de forma retangular. Uma primeira faixa anterior, com uma grande varanda, é arrematada lateralmente pela capela, pelo quarto de hóspedes e, no seu corpo secundário, tem-se a concentração dos serviços. Seu corpo volumétrico principal é protegido por um telhado amplo de quatro águas e a capela recebe como cobertura um telhado de duas águas. A varanda frontal, acessível por uma escada de cantaria, intercepta quase toda a fachada, cuja composição se define no ritmo de suas oito colunas de madeira que definem arcos abertos. As janelas dessa fachada possuem folhas almofadadas de abrir por fora e rebaixadas por dentro. A fachada posterior também é arrematada por uma varanda, ao longo de uma série de dependências da casa. Nos fundos do seu corpo principal está uma parede original do meio para cima, constituída por rendilhado de rótulos. Ao todo, o casarão possui vinte e três cômodos, incluindo salões de visita e outros aposentos. Edificada segundo a técnica tradicional, em taipa e madeira, sobre alicerces de pedra, a construção é definida por um único plano horizontal mais elevado. Suas paredes são pintadas de tinta cal branca, seu piso é composto de tabuado largo. Duas salas contam com forro de madeira em gamela, arrematado por uma pequena cimalha. Os demais espaços possuem forros de esteiras, pintadas em cores diferentes. A capela se abre para a varanda, possuindo uma valiosa ornamentação, com trabalhos de talha e retábulo rico e movimentado, tipicamente rococó. Foi executada provavelmente no último quartel do século XVIII e apresenta algumas características do escultor Francisco Vieira Servas. Os quadros e a pintura do forro, que representam a Ascensão de Jesus Cristo, têm sido atribuídos a Manuel da Costa Ataíde. Os painéis laterais apresentam os seguintes temas: “O Sacrifício de Isaac”, “Anunciação”, “Lava pés”, “Natividade”, “Santa Ceia” e “Cristo aparecendo aos apóstolos”. Existiam mais dois quadros com paisagens, dos quais restam apenas algumas de suas partes. Do lado do Evangelho, há uma pintura parietal com o tema: “Dai de beber a quem tem sede” (IEPHA, 2002).

O percurso histórico da Fazenda Boa Esperança é repleto de lendas e histórias que se perpetuam na tradição oral dos moradores das regiões próximas, sendo transmitidos de geração a geração e constituindo um imaginário cultural, em torno de seu conjunto paisagístico. A tradição oral conferiu ao Barão de Paraopeba a condição de primeiro proprietário e responsável pela construção da fazenda. Segundo as lendas contadas pelos moradores vizinhos, a fazenda foi construída por um empreiteiro de nome desconhecido, que recebeu a quantia de duzentos mil réis pelo trabalho. Após concluir a obra, o empreiteiro foi assassinado a mando do Barão, que desejava resgatar o dinheiro a ele pago.



Os moradores das proximidades contam que, nas imediações da fazenda, o local do assassinato recebeu o nome de Ponto da Cruz, sendo ainda hoje respeitado.

No distrito de São José do Paraopeba, no município de Brumadinho, encontram-se edificações do século XVIII e uma igreja, erigida em 18 de dezembro de 1751. Apesar das sucessivas reformas a que foi submetido, o templo conserva sua imponência e está situado no cume de um morro, tendo à sua frente o povoado e, ao fundo, o rio Paraopeba. Próximo ao povoado de Marinhos, ainda no distrito de São José do Paraopeba, encontra-se a Fazenda dos Martins, edificação do século XVIII, que se tornou uma das mais ricas e importantes propriedades rurais da época colonial<sup>12</sup>. A fazenda dos Martins se insere na paisagem entre as colinas da Serra da Moeda, margeando uma estreita estrada de terra, em meio ao verde, em perfeita integração com o ambiente natural. Trata-se de uma construção em dois pavimentos, sendo que o primeiro configura-se como porão, onde eram armazenadas as ferramentas e a maquinaria. As paredes do porão são constituídas de pedras de cantaria e suas esquadrias são de madeira, com duas folhas no sistema de abrir. O segundo pavimento é constituído pela residência propriamente dita, que possui quatro quartos e dois salões, com paredes e forros pintados ao estilo da época e piso em tabuado de madeira. As esquadrias são de madeira, com duas folhas no sistema de abrir e recebem uma moldura de argamassa em alto relevo. O telhado é constituído de quatro águas, em telha cerâmica do tipo canal. As varandas estão projetadas na frente e nos fundos da casa, tratadas esteticamente de maneira semelhante, com colunas e balaustradas de madeira. Uma escada de pedras parte da varanda frontal e conduz ao pátio. A base da escada é arrematada com um ornamento em voluta e seu topo é decorado com um pináculo. O pátio frontal é delimitado por um muro de pedras. Nota-se a presença de ruínas de outro muro de pedras, mais externo ao primeiro, próximo ao limite da propriedade. O pátio frontal, com ampla área gramada, é definido por muro de pedras de baixa altura e tem, mais à frente, uma rústica construção em madeira e telhado cerâmico de quatro águas, aparentemente um estábulo. Na parte posterior da fazenda, estão ruínas das paredes e do piso em pedras da antiga senzala.

Importante aspecto cultural de Brumadinho é a presença da Comunidade do Sapé, também conhecida como Quilombo do Sapé, onde escravos alforriados se reuniram e vêm mantendo fielmente suas tradições. A comunidade se localiza no distrito de São José do Paraopeba, entre a sede desse distrito e o povoado de Casinhas, junto ao córrego do Sapé e possui aproximadamente cinquenta moradias e uma capela dedicada a São Vicente de Paula. A comunidade foi formada pelos negros da região, principalmente advindos da Fazenda dos Martins, que se reuniram sob a liderança do ex-escravo João Borges. Como escravo da Fazenda do Carmo, em São José do Paraopeba, esse havia recebido de seu então senhor, o Major Jacinto Gomes do Carmo, um pequeno lote de terras como recompensa. Foi nesse pequeno lote de terras de João Borges que se implantou a Comunidade do Sapé. Atualmente ali vivem cerca de duzentos habitantes, todos negros, que permanecem substancialmente isolados do contexto cultural e econômico das regiões vizinhas e preservam os valores e costumes ancestrais, principalmente através de casamentos entre parentes.

A implantação do povoado que deu origem a Piedade do Paraopeba remete às bandeiras de Fernão Dias Paes Leme que explorou a região no final do século XVII e início do século

XVIII. Conta-se que este distrito teria sido o terceiro lugarejo fundado em Minas Gerais — ocorrera em 1680 e a atividade de mineração lhe conferiu grande importância no período.<sup>13</sup> Em 1713 foi construída uma primeira capela que funcionou provisoriamente até o início da construção da igreja definitiva em 1729. Este templo, dedicado a Nossa Senhora da Piedade, foi construído pelas mãos dos escravos seguindo projeto cuja autoria, segundo a população local, pertence aos jesuítas. Em 1808, foi construída a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, realizada pelos escravos, que não podiam frequentar o mesmo templo religioso dos brancos. O edifício passou por uma série de descaracterizações e depredações ao longo dos anos, que quase o destruíram, tendo passado por uma reconstrução no século XX, quando a maior parte das características originais foi eliminada. O distrito de Piedade do Paraopeba permaneceu vinculado à Comarca de Sabará até 1832, quando foi elevado à condição de Freguesia. Em 1938, com a fundação do município de Brumadinho, desmembrou-se de Nova Lima, cidade à qual estava vinculado até então, passando a fazer parte do município criado. Este é formado por núcleo central e conjunto de várias outras localidades, a ele vinculadas. Tem como característica urbana uma ocupação concentrada próximo à Igreja de Nossa Senhora da Piedade e à Capela de Nossa Senhora do Rosário, ao lado de outras ocupações mais dispersas e menores. O núcleo central teve sua formação ainda no século XVII e a construção da Igreja de Nossa Senhora da Piedade no século XVIII consolidou a ocupação, orientando a distribuição dos demais assentamentos. Esta edificação situa-se em terreno mais elevado em relação ao nível da rua principal, fato que dá à igreja maior visibilidade e imponência. A sua implantação foi feita voltada para a Serra da Moeda, o que cria uma integração indissociável entre o adro templário e o cenário natural. Dessa construção partem as principais vias de circulação do povoado, sendo que a rua por onde se faz o seu acesso principal é a mesma em que está implantada a Capela de Nossa Senhora do Rosário. Nessa se concentra o maior número de edificações antigas e as principais funções de comércio e serviço do distrito. Destaca-se, ainda, que a volumetria predominante é de um a dois pavimentos, sendo que existem várias edificações implantadas no alinhamento da via.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade foi projetada por jesuítas, segundo relatos dos moradores e apresenta características da primeira fase do barroco mineiro, com traços posteriores da segunda fase do barroco/rococó. Está implantada em uma cota superior ao nível da rua; seu acesso principal se dá por uma escadaria de pedras e os secundários se efetuam através de rampas e caminhos laterais. Sua inserção na área posterior do lote possibilitou a conformação de uma praça em “U” que a envolve, aumentando o campo visual e a expectativa do observador que a contempla. A fachada principal volta-se para a Serra da Moeda e cria visada privilegiada do povoado. O desnível entre a rua e a igreja é vencido por um muro de arrimo de pedras, recentemente revestido por peças de ardósia, o que compromete a originalidade do patrimônio. Os dois pavimentos da Matriz estruturaram-se em uma nave central e duas laterais. A fachada frontal constitui-se de um corpo central com frontão triangular e duas torres sineiras laterais com face quadrada. Suas esquadrias são de madeira e a porta principal possui duas folhas almofadadas no sistema de abrir. As três aberturas superiores que compõem a fachada são constituídas, na sua parte inferior, por duas folhas de madeira e, na parte superior, por caixilharia de vidro. Acima dessas janelas está um óculo de formas sinuosas e uma cruz coroa o frontão acima da cumeeira.

As ruínas conhecidas como “Forte de Brumadinho”, situadas na Serra da Calçada, parte do conjunto Serra da Moeda, apresentam várias hipóteses sobre sua origem. Alguns defendem que se trata de um forte militar devido à construção ter sido implantada em local isolado, com muralhas e outros recursos de proteção. Esta atribuição sobressaiu-se sobre as outras e por isto passou a nomear o conjunto. Outra hipótese sobre a origem da construção confere ao local a função de um centro clandestino de produção de moedas de ouro, que existiu na região da Serra da Moeda no século XVIII. Alguns pesquisadores afirmam que o fato da edificação encontrar-se no alto de um morro e mesmo assim apresentar visualização dificultada é um forte indício de que ali funcionava alguma atividade ilícita (IEPHA, 2002). O seu isolamento, reforçado por outros recursos de segurança como um fosso profundo e grandes muralhas de pedra, contribuem para dar solidez a essa hipótese (outros historiadores afirmam que a fábrica clandestina existiu no local denominado São Caetano da Moeda, no município de Moeda). O Forte de Brumadinho apresenta porções territorializadas de ruínas do século XVIII e com indícios de detalhes arquitetônicos que caracterizam os sistemas de segurança da época, como seteiras. As ruínas conformam vestígios que denotam dispositivos de segurança que teriam sido necessários tanto para uma fortificação, quanto para qualquer outra atividade que visasse à segurança de quem estivesse no seu interior, como a hipótese do centro produtor de moedas. A modalidade de implantação do edifício registrado por pesquisa (BRANDT, 2008) evidencia a intenção de dificultar a sua visibilidade a longas distâncias, visto que se encontra inserido no início da formação de uma encosta no lado oposto ao vale. A edificação apenas pode ser identificada na paisagem quando o observador se aproxima da mesma, o que lhe confere certo sigilo.

As ruínas do Forte de Brumadinho conformam um conjunto com uma série de elementos definidos pela represa, o aterro com fosso, a muralha e a edificação interna a esta última. A represa foi construída, provavelmente, com o objetivo de armazenar água para as pessoas que habitavam e/ou trabalhavam no local, tendo em vista o difícil acesso a esta área. As muralhas foram construídas em blocos de pedra configurando paredes de oitenta centímetros de espessura e quase cinco metros de altura. O processo construtivo adotou a técnica da “pedra seca” e delimita uma área de cerca de mais de dois mil metros quadrados. Observa-se a existência de um único vão nesta muralha na sua face frontal, voltada para leste. Esta abertura apresenta marcas de encaixe de ferrolho de porta, provavelmente de madeira. No espaço interno às muralhas há uma edificação construída em pedras de grande espessura que configuram paredes com escala altimétrica de um pavimento. Esta construção apresenta dois vãos de portas, localizados nas fachadas frontal e posterior. Os demais vãos correspondem às janelas, distribuídas duas a duas ao lado da porta frontal, além de outras três em cada uma das duas faces laterais. Notifica-se a existência de pequenos muros com altura de cerca de um metro, construídos em pedra, com uma técnica menos apurada do que a utilizada nas demais construções. Sua função teria sido de delimitar algumas áreas para a realização de atividades externas à edificação principal. Ressalta-se o fato de que a implantação do Forte no alto de um morro da Serra da Calçada lhe confere uma inserção privilegiada do ponto de vista da sua integração à paisagem natural (GARCIA; LEMOS, 2008).

São Caetano da Moeda, como o primeiro núcleo de povoamento do município de Moeda, tem suas origens ligadas ao fato histórico sobre a proibição pela Coroa Portuguesa, da

comercialização de ouro em pó na colônia. Em 1728, diante daquela conjuntura, os portugueses Francisco Borges de Carvalho e Inácio de Sousa Ferreira instalaram uma casa de fundição clandestina na fazenda pertencente a Caetano Borges, conhecida como Fazenda Bom Sossego ou Fazenda da Boa Memória, na busca de evitar a cobrança de impostos da Coroa. A Casa da Moeda foi edificada no sopé da Serra do Paraopeba, que passou a ser conhecida como Serra da Moeda, em referência a essa Casa de Fundição. As moedas produzidas eram levadas a Ouro Preto pelos escravos para serem distribuídas no território brasileiro. De Ouro Preto vinha também o ouro para ser transformado em novas moedas clandestinas. Os falsários foram descobertos face à delação de um dos sócios, por desavença pelo assassinato do seu filho a mando de Inácio de Sousa Ferreira. A ordem de prisão foi expedida pelo Ouvidor Geral de Sabará, que reúne tropas e invade o local, prendendo Inácio de Sousa Ferreira, que é levado a Portugal acusado de crime de lesa-majestade. Parte do bando foi avisado a tempo de fugir; a rota de fuga passou pela Fazenda dos Martins, pela Fazenda Folha Larga e chegou a São Paulo, onde alguns falsários foram capturados e enforcados (IEPHA, 2002). A Fazenda Bom Sossego ou Fazenda da Boa Memória contava no período da fundição clandestina com uma igreja em honra a São Caetano. O povoado de São Caetano desenvolveu-se em uma colina no sopé da Serra da Moeda, em torno da Igreja de São Caetano e das ruínas da sede fortificada da fazenda, espalhando-se ao longo das estradas que ligam o lugarejo a outros povoados da região. As demais edificações estão implantadas dispersamente e distribuídas fragmentadamente pela paisagem. O conjunto principal, constituído pela igreja e ruína fortificada, organizado em torno de grande pátio amurado, situa-se no topo de uma colina emoldurada pelo paredão vertical da Serra da Moeda, por onde desce o calçadão maior e mais bem conservado da região. A Serra da Moeda demarca o limite visual de todo o conjunto, podendo ser avistada em toda a sua exuberância e extensão. Foi em torno desse núcleo que surgiu um pequeno povoado denominando São Caetano, que mais tarde passou a ser conhecido como São Caetano da Moeda, em referência à antiga casa de cunhagem clandestina. A fundição contava, além de um sistema defensivo com instalações fortificadas, com uma logística para controle da principal via de acesso pela cumeada da Serra da Moeda, que era canalizada para um vala profunda cercada de instalações de guardas para completo controle de quem chegasse ou saísse. Os vestígios desse sistema, inclusive a forja de fundição, encontram-se espalhados por São Caetano e suas adjacências, numa grande área ainda a ser estudada.

A Vila Coco, no município de Moeda, está implantada já no vale, junto à confluência dos córregos da Cachoeirinha e Barroso, e envolta por colinas e matas. A ocupação urbana se integra na ampla massa de paisagem natural e sua organização espacial é por ela definida, seguindo os estreitos vales sinuosos, com as edificações ocupando as áreas de topografia mais plana, entre os morros e os cursos d'água. O povoamento da Vila Coco, segundo fontes orais, iniciou-se com um grupo de ciganos ou mercadores. Até a década de 1950, a vila possuía uma ativa vida urbana, funcionando como entreposto comercial que ligava o Vale do Paraopeba aos núcleos de Itabirito e Nova Lima. Os comerciantes compravam na Vila produtos rurais como gado, toucinho, cereais, batata, fubá, aves e ovos e os revendiam a esses centros maiores, servindo-se das tropas. Os tropeiros, por sua vez, traziam para a vila produtos industrializados, como arame, grampos e pregos, entre outros (GARCIA; LEMOS, 2008). Na parte mais plana, para onde convergem as principais visadas e vias de acesso, encontra-se a Capela do Sagrado Coração de Jesus, do século XIX, que concentra

as funções religiosas do núcleo e se constitui como ponto de maior destaque do assentamento urbano. O largo fronteiro à capela constitui o principal espaço de socialização da Vila, configurado como área preferencial de encontro e lazer da comunidade. Aí também se encontra um antigo chafariz de ferro, ainda em uso. As edificações que possuem referências arquitetônicas do período colonial, já não estão tão evidentes, devido às diversas alterações sofridas, mas permanecem as fundações originais sobre as quais se assentam. Estas se concentram principalmente em torno desse largo, voltando-se para ele e possuindo como pano de fundo as colinas da Serra, que parecem abrigar todo o povoado. Junto ao largo, um amplo terreno gramado, de propriedade particular, serve atualmente para a realização anual da Festa do Coco, já tradicional em toda a região. O cemitério local está implantado no alto de uma colina, mais afastado do núcleo principal de povoamento.

A Capela do Sagrado Coração de Jesus se destaca na malha urbana pela sua volumetria e pelo local escolhido para sua implantação, e apresenta grande visibilidade a partir do largo situado à sua frente. A capela, cuja data de construção é desconhecida, adota um partido em “T” e foi construída com estrutura de madeira. O desenho da fachada é simétrico, com esquadrias de madeira, sendo a porta principal almofadada, no sistema de abrir. Está implantada em um plano mais elevado do que o nível do solo e seu acesso se dá por meio de escadas. A delimitação do terreno que circunda a Capela se faz por fechamento de peças pré-moldadas. Nessa área circunscrita encontram-se os sinos, o cruzeiro e também um único banco antigo, parte do mobiliário original da capela (GARCIA; LEMOS, 2008). No interior da capela registra-se um acabamento simples e um altar que foi trazido para a Vila, proveniente do povoado de São Caetano, por um carro de boi.<sup>14</sup> O altar e alguns detalhes da antiga construção receberam intervenções posteriormente, no entanto esta apresenta um precário estado de conservação, necessitando de urgente intervenção.

As histórias e lendas da região revelam que existiam muitas fazendas no entorno da localidade, que se utilizavam do trabalho de escravos na mineração. Conta-se que os grandes proprietários, quando iam enterrar o ouro encontrado (prática comum na região), matavam os escravos que os ajudaram nessa tarefa, para garantir que o local onde o ouro estava escondido permanecesse oculto. Confessa que ele mesmo já chegou a procurar por esses tesouros escondidos, chegando a ir, próximo do horário da meia noite, a essas fazendas antigas e ao Cemitério de Moeda Velha, para “pedir aos espíritos que ali sofreram para lhe contar onde estavam escondidos os antigos tesouros”.<sup>15</sup>

#### **4 – Algumas considerações finais**

A elaboração de parte da pesquisa sobre o macro espaço da Serra da Moeda procurou identificar e caracterizar as localidades situadas dentro da área de influência da referida Serra. Desse modo, foram analisados aspectos históricos, o acervo arquitetônico, patrimônio imaterial, as questões naturais e paisagísticas, além de algumas ocupações urbanas. Observa-se que em alguns povoados e localidades analisados a presença da Serra exerce significativa influência sobre a caracterização e qualificação desses espaços. Nos povoados e ocupações urbanas e rurais presentes na vertente oeste da Serra — correspondente aos municípios de Belo Vale, Brumadinho e Moeda — há uma clara e forte relação com o monumento natural e com a configuração espacial caracterizada pelos

aspectos paisagísticos locais. As localidades, muitas vezes, tiveram sua implantação influenciada pela conformação do relevo e pelas visadas proporcionadas pela natureza.

Elementos de grande importância para a cultura e tradições locais, como os templos religiosos têm sua localização predominantemente em terrenos com destaque nos povoados. Sua inserção é feita, preferencialmente, em pontos mais elevados, abrindo suas portas para a paisagem, configurando cenários em que o bem natural qualifica e agrega valor aos aspectos culturais locais e aos exemplares de seu acervo arquitetônico. Além disso, percebe-se que o cotidiano dos moradores se relaciona de forma direta com uma temporalidade dual, quer seja na conformação de um *modus vivendi* que preza pela harmonia, a lentidão do viver no campo, quer seja em relação aos impasses condicionados tanto pela sobrevivência material como pelas facilidades da vida contemporânea. Observa-se uma riqueza de cenários e situações em que as ocupações urbanas e rurais são singularizadas pelas instigantes lendas, histórias e mesmo fatos que constituem fragmentos de uma comunidade imaginada. A economia, o desenvolvimento humano, os elementos naturais e as conformações espaciais reúnem características determinantes para delinear uma narrativa recortada e descontínua no tempo.

Conclui-se que todos os micro territórios mencionados podem e devem ser preservados, garantindo-se a proteção de seu patrimônio natural, construído e dos seus costumes e tradições. Todos esses elementos são de grande relevância para as comunidades, além do fato de guardarem vestígios históricos da formação de Minas Gerais, esta comunidade imaginada e inusitada.

## Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUGUSTIN, Cristina Helena R. Rocha; MOREIRA, Saul. In: *Patrimônio natural: cultural e zoneamento ecológico-econômico da Serra da Moeda: uma contribuição para sua conservação*. Organização e edição: Maria Elisa Castellanos Solá; Patrimônio Arqueológico e Histórico: Carlos Magno Guimarães (Coord.); Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: José Eustáquio Machado Paiva (Coord.). Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente, 2008. 2 v. + 1 CD-ROM).

BAZIN, Germain. *História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO-FJP; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD. *Índice do Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros - IDH*. (FJP/ IPEA/ PNUD). Disponível em <[http://www.fjp.gov.br/Publicações/Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros - IDH \(FJP/IPEA/PNUD\).htm](http://www.fjp.gov.br/Publicações/Índice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20dos%20Munic%C3%ADpios%20Brasileiros%20-%20IDH%20(FJP/IPEA/PNUD).htm)>. Acesso em: 16 jan 2003.

GARCIA, Ângela M. Melo; LEMOS, Celina Borges. In: *Patrimônio natural: cultural e zoneamento ecológico-econômico da Serra da Moeda: uma contribuição para sua conservação*. Organização e edição: Maria Elisa Castellanos Solá; Patrimônio Arqueológico e Histórico: Carlos Magno Guimarães (Coord.); Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: José Eustáquio Machado Paiva (Coord.). Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente, 2008. 2 v. + 1 CD-ROM.

GASTAL, Susana (Org.). *Turismo: investigação e crítica*. São Paulo: Contexto, 2002.

GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia – ciência do homem: filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2008.

GONÇALVES, Antônio Carlos. *Questões de antropologia social e cultural*. Lisboa: Edições 70, 1991.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, F. M. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1. p. 321-335.

INSTITUTO ESTADUAL do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Inventário sobre a região da Serra da Moeda. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2002.

JACOBI, Cláudia Maria; CARMO, Flávio Fonseca. Patrimônio ecológico: biodiversidade, espécies endêmicas e ameaçadas. In: *Patrimônio natural: cultural e zoneamento ecológico-econômico da Serra da Moeda: uma contribuição para sua conservação*. Organização e edição: Maria Elisa Castellanos Solá; Patrimônio Arqueológico e Histórico: Carlos Magno Guimarães (Coord.); Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: José Eustáquio Machado Paiva (Coord.). Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente, 2008. 2 v. + 1 CD-ROM.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MENEZES, José Newton Coelho. A terra de quem lavra e semeia: alimento e cotidiano em Minas Colonial. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v.1. p. 337-358.

MORAES, Fernanda Borges. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v.1. p. 55-85.

NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVAIS, Fernando A. (Coord.); MELLO E SOUZA, Laura (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Ivo de Sena; WIELOCH, Alfredo Hannemann. Primeiro registro de onychofora em campo ferruginoso – Serra da Moeda. In: *Patrimônio natural: cultural e zoneamento ecológico-econômico da Serra da Moeda: uma contribuição para sua conservação*. Organização e edição: Maria Elisa Castellanos Solá; Patrimônio Arqueológico e Histórico: Carlos Magno Guimarães (Coord.); Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: José Eustáquio Machado Paiva (Coord.). Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente, 2008. 2 v. + 1 CD-ROM.

PAIVA, José Eustáquio Machado. *Mapeando a qualidade de vida em Minas Gerais utilizando dados de 1991 e 2000*. 2003. 157 f. Tese (Doutorado em Geografia, Análise da



Informação Espacial) – IGCE/Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

PAIVA, José Eustáquio Machado. Técnicas e moinhos na serra da moeda. In: *Patrimônio natural: cultural e zoneamento ecológico-econômico da Serra da Moeda: uma contribuição para sua conservação*. Organização e edição: Maria Elisa Castellanos Solá; Patrimônio Arqueológico e Histórico: Carlos Magno Guimarães (Coord.); Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: José Eustáquio Machado Paiva (Coord.). Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente, 2008. 2 v. + 1 CD-ROM. p. 125-128.

PATRIMÔNIO natural: cultural e zoneamento ecológico-econômico da Serra da Moeda: uma contribuição para sua conservação. Organização e edição: Maria Elisa Castellanos Solá; Patrimônio Arqueológico e Histórico: Carlos Magno Guimarães (Coord.); Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: José Eustáquio Machado Paiva (Coord.). Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente, 2008. 2 v. + 1 CD-ROM.

PIRES, P. dos Santos. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) *Turismo Rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto. 2003. p. 117-132.

RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v.1.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Caracterização sócio-demográfica da região do sinclinal de Moeda. In: *Patrimônio natural: cultural e zoneamento ecológico-econômico da Serra da Moeda: uma contribuição para sua conservação*. Organização e edição: Maria Elisa Castellanos Solá; Patrimônio Arqueológico e Histórico: Carlos Magno Guimarães (Coord.); Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: José Eustáquio Machado Paiva (Coord.). Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente, 2008. 2 v. + 1 CD-ROM.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1996.

SOLÁ, Maria Elisa Castellanos. In: *Patrimônio natural: cultural e zoneamento ecológico-econômico da Serra da Moeda: uma contribuição para sua conservação*. Organização e edição: Maria Elisa Castellanos Solá; Patrimônio Arqueológico e Histórico: Carlos Magno Guimarães (Coord.); Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: José Eustáquio Machado Paiva (Coord.). Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente, 2008. 2 v. + 1 CD-ROM.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

## NOTAS EXPLICATIVAS

<sup>1</sup> “[...] Dobra geológica com a concavidade voltada para cima e em que os estratos mais próximos do centro da curvatura são mais recentes que os mais afastados”. (SELEÇÕES DO READER’S DIGEST. *Enciclopédia geográfica*. Mem Martins (Portugal): Resopal, 1989:637.

<sup>2</sup> O *sinclinal* da Moeda abrange os municípios de Nova Lima, Brumadinho, Belo Vale, Jeceaba, Congonhas, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima (Nota dos autores).

<sup>3</sup> Floresta estacional semidecidual, mata de galeria, capão de altitude, brejo, campo cerrado, cerrado *sensu strictu*, campo rupestre quartzítico, granítico e ferruginoso (campo rupestre sobre canga) (JACOBI; CARMO, 2008).

<sup>4</sup> Jacobi; Carmo (2008) relatam a existência de até 16 espécies diferentes de plantas em apenas um metro quadrado.

<sup>5</sup> Ribeirão do Carmo, Vila Rica, Nossa Senhora da Conceição de Sabará, São João Del Rei, Vila da Rainha, Vila do Príncipe, Nossa Senhora da Piedade de Pitangui e São José Del Rei.

<sup>6</sup> São Bento do Tamanduá, Queluz, Barbacena, Campanha da Princesa da Beira, Paracatu do Príncipe, Baependi e São Carlos do Jacuí.

<sup>7</sup> Brumadinho, Congonhas e Itabirito apresentaram ligeira redução; Belo Vale apresentou um ligeiro aumento e, em Nova Lima, o aumento foi significativo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO-FJP; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD, 2003).

<sup>8</sup> Entrevista realizada com o morador senhor Vicente José Dias, em 29 de junho de 2008.

<sup>9</sup> A comunidade está ocupada atualmente por uma população em torno de cento e vinte pessoas, e a mesma está em processo de reconhecimento como remanescente de quilombo, já tendo sido publicada no Diário Oficial da União a emissão de sua certidão. Mesmo não tendo sua origem relacionada com rebeliões de grupos de escravos ou de estabelecimento de moradia para escravos alforriados de outras regiões, alguns estudiosos consideram que tal comunidade venha a ser classificada e reconhecida como remanescente de quilombo.

<sup>10</sup> Entrevista realizada com o morador senhor Vicente José Dias, em 29 de junho de 2008.

<sup>11</sup> O bosque de jabuticabeiras que havia ao lado do casarão foi cortado e sua madeira queimada para ser transformada em lenha. Pouco restou do conjunto formado pelo casarão, pomares, jardins, senzala, moinhos, fonte e alcatruzes (manilhas) de pedra-sabão, que conduziam a água até a residência. O Governo do Estado então, alertado sobre o quadro no qual se encontrava a fazenda, resolveu adquiri-la.

<sup>12</sup> Esta foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), em 1977 e se tornou uma das mais ricas e importantes propriedades rurais da época colonial. Anteriormente, era conhecida como Fazenda Boa Vista, mas passou a ser denominada Fazenda dos Martins, provavelmente por esse ter sido o nome dos seus últimos proprietários. É possível que essa fazenda tenha sido construída por um dos bandeirantes da expedição de Fernão Dias Paes Leme. Posteriormente, a fazenda teria sido ocupada por uma neta desse bandeirante, que se casou com Manoel Rodrigues Rabelo, grande comerciante de escravos, o que explicaria a existência da grandiosa senzala nos fundos da construção.

<sup>13</sup> Entrevista realizada com o morador senhor Carlos Araújo Santos, em 24 de maio de 2008.

<sup>14</sup> Entrevista realizada com o morador senhor Raimundo José da Silva, em 17 de maio de 2008.

<sup>15</sup> Entrevista realizada com o morador senhor Raimundo José da Silva, em 17 de maio de 2008.